**INFORMAÇÃO SOBRE O PROCESSO REGISTO DE SAÚDE ELETRONICO**

1. **Introdução**

Começa com o Grupo de Trabalho “Salvar o SNS – Estamos do lado da solução”, composto por Ana Jorge, Sofia Ferreira, Bruno Maia, Filipe Froes, Isabel do Carmo, Correia da Cunha, João Oliveira, João Rodrigues, Durão Carvalho, Martins Guerreiro, Nelson Baltazar, Ricardo Paes Mamede, Teresa Gago,.....que decidiu elaborar um parecer sobre o ”PRR e a Saude -Contributos, Limitações e Fatores Críticos de Sucesso”.

O documento serviu de base para se criar uma Plataforma “Reforçar o SNS” constituída por:

Associação dos Médicos pelo Direito à Saúde, Dr Jaime Mendes

Associação de Técnicos de Engenharia Hospitalar Portugueses, Engº Durão Carvalho

Comissão de Utentes dos Serviços Públicos de Saúde da Quinta do Conde, Dr. Sebastião Lameiras

Grupo de Trabalho “Salvar o SNS – Estamos do lado da solução”, Professora Isabel do Carmo

Fundação para a Saúde – SNS, Dr. Vitor Ramos

Fundação Professor Francisco Pulido Valente, Engº Rui Pulido Valente

Mais Participação, Melhor Saúde, Drª Margarida Santos

Plataforma Cascais, Drª Teresa Gago

Foi dada maior atenção ao capitulo da Transição Digital na Saúde, elaborado o documento **“Processo Clinico Eletrónico”**, por um pequeno grupo de trabalho, que designaremos por Grupo de Trabalho –RSE, constituído por:

**Prof. Mario Macedo**, presidente da Comissão Técnica 199 - Sistemas de Informação para a Saúde do Instituto Português de Qualidade;

**Dr. José Luis Biscaia**, Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego;

**Prof. Rui Tato Marinho**, Diretor do Serviço de Gastro do CHLNorte;

**Engº Durão Carvalho**, Presidente da Assembleia Geral da ATEHP

1. **Apreciação do PRR- Transição Digital na Saude**

A opinião do Grupo de Trabalho sobre o conteúdo da Transição Digital na Saude do PRR é negativa.

Foi clarificado que o PRR - Transição Digital na Saude não tem como objetivo a criação do Processo Clinico Eletrónico - Registo de Saúde Eletrónico (RSE), antes pelo contrário inclui um conjunto de ações nas áreas do software e hardware sem estratégia definida. Foi também clarificado que o investimento na Transição Digital na Saude é gerido entre os SPMS e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, integrada no Ministério da Economia, sem intervenção do Ministério da Saude.

1. **Desenvolvimento do processo**

**Ministra da Saude** - 7 de setembro de 2021, o documento Processo Clinico Eletrónico foi apresentado á Senhora Ministra da Saúde em reunião concedida á Plataforma Reforçar o SNS, em ( Isabel do Carmo, Ricardo Paes Mamede, António Rodrigues, Jaime Mendes, Teresa Gago e Durão Carvalho). Foi transmitida informação que, apesar do conteúdo do PRR sobre este tema ter sido elaborado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saude (SPMS), a Transição Digital está fora da alçada do Ministério da Saude.

**ACSS** - 20 de setembro, reuniu o Grupo de Trabalho-RSE com a ACSS, Dr Vitor Herdeiro, Presidente e Dr Tiago Gonçalves, Vogal, tendo este contextualizado o PRR na área da Saúde e clarificado que o investimento na Transição Digital na Saude é gerido entre os SPMS e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, integrada no Ministério da Economia.

O Grupo manifestou toda a disponibilidade para colaborar com a ACSS no que for considerado necessário, mas sendo o RSE estruturante para o SNS, o objetivo central da intervenção do Grupo é o estabelecimento do Registo de Saude Eletrónico - RSE, vulgo Processo Clinico Eletrónico e sua conclusão no âmbito do PRR. Para além destes contactos institucionais, o Grupo informou que prevê apresentar o documento elaborado aos Grupos Parlamentares, ao Engenheiro Costa Silva, Presidente da Comissão de Acompanhamento do PRR e encontra-se em preparação uma Conferência organizada pelo IPQ e pela Plataforma Reforçar o SNS, sobre o tema “O PRR e a Transição Digital na Saude”. Concluímos que será importante o Grupo reunir com os SPMS, ficando o Dr Vitor Herdeiro de promover a reunião.

**SPMS** - 29 de setembro de 2021, o Grupo de Trabalho – RSE reuniu com os SPMS com a presença do Dr. Vítor Herdeiro (Presidente ACSS), Dr. Tiago Gonçalves (Vogal do CA da ACSS), Dr. Goes Pinheiro (Presidente dos SPMS) e Grupo de Trabalho (Luis Biscaia, Mario Macedo e Durão Carvalho).

O Dr. Goes Pinheiro fez uma apresentação do PRR- Transição digital na saúde, salientando os investimentos previstos no PRR e Informou que, no que se refere ao PRR, os SPMS dependem do Ministério da Economia. Foi manifestada preocupação pelo facto de o processo clinico eletrónico não constar dos projetos elaborados pelos SPMS para o PRR.

Informámos que o GT-RSE irá continuar a trabalhar na defesa desta perspetiva para a Transição Digital na Saude do PRR e desenvolverá as iniciativas nesse sentido: realização de uma Conferencia e de contactos com todos os Grupos Parlamentares.

Foi aqui colocada a hipótese de constituição de um Grupo de Trabalho para, no âmbito da ACSS, definir as funcionalidades do Processo clinico eletrónico- RSE.

**Conferência** – 26 de novembro de 2021, a Plataforma “Reforçar o SNS” com o Instituto Português da Qualidade e a sua da Comissão Técnica 199 – Sistemas de Informação para a Saúde, organizaram a Conferência “O PRR e a Transição Digital na Saude”. Foram equacionados os principais desafios e contributos, limitações e fatores críticos da Transição Digital na Saude, com intervenções do Secretario de Estado da Economia, do Professor Correia de Campos, do Professor Costa Silva, do Professor Mario Macedo e do debate liderado pelo Dr Luis Biscaia. A intervenção de encerramento foi feita pela Senhora Ministra da Saude. Concluiu-se que a criação de um Processo Clinico Eletrónico - Registo de Saúde Eletrónico (RSE) adequado, é um elemento central estruturante do SNS que, por um lado, é omisso no PRR e por outro apurámos que o investimento na Transição Digital na Saúde está a ser gerido entre os SPMS e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, integrada no Ministério da Economia, á margem e sem validação estratégica do Ministério da Saude.

Daqui decorre a necessidade de eleger o Registo de Saude Eletrónico como prioridade do PRR-Transição Digital na Saúde e, enquanto estruturante da politica de saúde, o processo ser orientado estrategicamente e ao mais alto nível pelo Ministério da Saude.

**Contactos com Grupos Parlamentares** – a realizar quando a nova AR iniciar funções, com o objetivo de promover legislação que permita ultrapassar condicionantes encontradas. Desnecessário se o Governo – Ministério da Saúde e Ministério da Economia – promoverem as soluções.

**Reuniões sobre o desenvolvimento do Registo de Saúde Eletrónico**

Foi criado um Grupo de Trabalho na ACSS, conforme documento Reunião sobre o desenvolvimento do Registo de Saúde Eletrónico.

Como se pode verificar do documento referido e da proposta seguinte da Plataforma Reforçar o SNS, não existe concordância de objetivos na medida em que o projeto de transição digital da saúde do PRR se encontra afeto ao Ministério da Economia. Nestas condições o campo de intervenção do Ministério da Saude fica limitado á elaboração de “Documento estratégico orientador do desenvolvimento do RSE (2022 a 2025)”. A Plataforma Reforçar o SNS no decorrer dos trabalhos apresentou o Documento para discussão RSE - Plataforma Reforçar o SNS e aderiu ao trabalho definido pela ACSS considerando-o uma parcela da sua proposta.

1. **Proposta da Plataforma Reforçar o SNS**

O desenvolvimento e implementação do novo modelo de sistema de informação para o Serviço Nacional de Saúde deverá por um lado passar

a) pela **substituição de todo o conteúdo do PRR- Transição Digital na Saude,** por um Plano Estratégico visando um modelo de RSE – Processo Clínico Eletrónico e por outro,

b) pela **tutela funcional do Plano Estratégico para o RSE pelo Ministério da Saude**, garantindo que a transição digital da saúde decorra integrada na politica de saúde,

c) e pela **criação de uma Unidade de Missão para o Plano Estratégico do Registo de Saúde Eletrónico,** que deverá identificar os recursos existentes, as condicionantes, as especificações devidamente desenvolvidas de acordo com as normas internacionais, assim como o detalhe das ações a desenvolver, recursos humanos, materiais e financeiros a afetar a cada ação, plano de formação de técnicos de informática e responsáveis.

1. **Sugestão de algumas ações a desenvolver**

As ações a desenvolver devem ser organizadas em projetos e subprojectos, organizados num cronograma global para o período identificado, eventualmente 3 anos.

* 1. - Levantamento das aplicações existentes, utentes abrangidos e custos, com o objetivo de negociar com parceiros tecnológicos o desenvolvimento das interfaces das aplicações Clinicas e MCDTs instaladas, quando tal se justifique.
  2. - Levantamento das redes internas existentes nos edifícios hospitalares e eventualmente em instalações de cuidados primários, tendo em vista a sua remodelação.
  3. - Rede nacional, qualidade e riscos atuais e solução.
  4. – Definição do RSE nacional, estrutura, organização e implementação, quanto a modelo da arquitetura de dados, plataforma de interoperabilidade que incluirá protocolos de comunicações e interfaces de integração com aplicações existentes.
  5. – Levantamento das salas de servidores existentes e sua caraterização tendo em vista a sua eventual utilização e definição das necessidades nacionais.
  6. - Sensibilização dos profissionais de saúde para a adoção das terminologias e ontologias normalizadas e formação de médicos, em particular de codificadores clínicos, tendo em vista a governação de dados clínicos e de desenvolvimento das normas e procedimentos adotados.

3 de fevereiro de 2022